



Jovens Agricultores

REVISTA TRIMESTRAL # 95

JUL|AGO|SET| 2013 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



ACOMPANHAMENTO TÉCNICO
O SUCESSO DA INSTALAÇÃO
DOS JOVENS AGRICULTORES!

EDITORIAL 3

O Sucesso da Instalação dos Jovens Agricultores
Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP

DOSSIER CENTRAL 4

Contributos Para Potenciar o Papel dos Jovens Agricultores na Dinamização
do Espaço Rural

Francisco Gomes da Silva | Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

PAC 2014-20: Uma Oportunidade Para os Jovens
Capoulas Santos | Deputado Europeu e Relator do Parlamento Europeu
Para os Principais Regulamentos da Reforma da PAC 2014/20

Instalação e Acompanhamento de Jovens Agricultores no PDR 2014-2020
Arlindo Cunha | Professor da Universidade Católica do Porto e Ex-Ministro da Agricultura

Próximo Quadro Comunitário de Apoio – Que Estratégia Para o Sucesso
Pedro do Ó Ramos | Deputado Coordenador do PSD na Comissão de Agricultura e Mar da A.R.

Rejuvenescimento Agrícola: Investir num Modelo de Crescimento em Cooperação
Miguel Freitas | Deputado do Partido Socialista

Instalação de Jovens Agricultores: O Conhecimento é Fundamental
para a Sua Sustentabilidade
Manuel Cardoso | Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte

A Sustentabilidade dos Projetos de Instalação
de Jovens Agricultores - Acompanhamento Técnico
Elizete Jardim | Directora Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Começar é Difícil
José Pedro Salema | Departamento Técnico da Agrogestão

SER JOVEM AGRICULTOR 18

Ser Jovem Agricultor com Acompanhamento Técnico
Jovem Agricultor | Lourenço Manuel M. Balonado
Técnica da AJAP | Valentina Castilho

REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL 20

A Sustentabilidade dos Projectos de Instalação de Jovens Agricultores
HORTOTEJO | Associação de Horticultores do Ribatejo
Acompanhamento Técnico

Vitor Castro | Presidente da AJAMPS - Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo

UM SECTOR EM ANÁLISE 22

O Indispensável Acompanhamento Técnico dos Jovens Agricultores na Prática
da Protecção Integrada
Pedro Amaro | Professor Catedrático Jubilado do Instituto Superior de Agronomia

MOÇAMBIQUE - OPORTUNIDADES 24

Agricultura Familiar e os Dilemas da Segurança Alimentar em Moçambique
Salim Cipton Valá | Secretário Permanente do Ministério da Planificação e Desenvolvimento
(MPD) de Moçambique

ASSOCIATIVISMO 26

Fruitgrading - Classificação de Fruta de Qualidade com Custo Reduzido
Moçambique: Missão Técnica
AJAP Assina Protocolo com Brasil
AJAP

PUBLI-REPORTAGEM 27

Equipamentos e Soluções Profissionais para Gestão Agrícola, Florestal e Ambiental
TerraGes | Departamento Técnico

PUBLICIDADE 28



O SUCESSO DA INSTALAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES

Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP



Numa altura em que Portugal, enquanto Estado-membro, se prepara para apresentar a Bruxelas a proposta de Programa de Desenvolvimento Rural 2014/20, a AJAP dedica esta edição da Revista “Jovens Agricultores”, em exclusivo, a uma das suas bandeiras e imagem de marca, a **Assistência Técnica**.

A AJAP tem nestes últimos meses intensificado o seu discurso, para que neste novo Quadro de Apoio Comunitário a Assistência Técnica ao Jovem Agricultor seja uma realidade quase que “obrigatória” nos seus Projectos de Instalação de forma a garantir uma maior taxa de sucesso dos mesmos.

Debatemo-nos por esta causa não só por sermos a Organização melhor posicionada para garantir este serviço, mas também fundamentada em estudos realizados junto dos Jovens Agricultores, alguns deles inclusive, em parceria com o GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas, onde se conclui o quanto esta medida é crucial para os novos empresários.

Numa altura tão importante como esta para o futuro do País, onde as dificuldades vividas por todos são tantas e os sacrifícios imensos, o que nos tem a todos dado força e alguma esperança é ver os resultados que os Jovens, evocados como futuro, mas também outrora apadrinhados de “geração rasca”, têm tido neste sector que continua contraciclo crescendo, dando emprego, exportando e mostrando que é possível andar para a frente.

A AJAP orgulha-se do seu “modesto” contributo para esta realidade, mas está plenamente convencida que o próximo passo a dar é Acompanhar e prestar Assistência Técnica a estes novos Agricultores.

Ricardo Brito Paes

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

Director Ricardo Brito Paes

Coordenação Departamento de Comunicação **Redacção** Departamento Técnico

Secretariado Olga Leitão **Departamento Comercial** Olga Sereno

Paginação AJAP | Miguel Inácio **Impressão** Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714 **Tiragem** 10 000 Exemplares

Periodicidade Trimestral **E-mail** ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.



CONTRIBUTOS PARA POTENCIAR O PAPEL DOS JOVENS AGRICULTORES NA DINAMIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Francisco Gomes da Silva | Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

Para os Jovens Agricultores o espaço rural representa qualidade de vida, desenvolvimento pessoal e profissional, criação de valor e emprego, e potencial para concretizar as suas legítimas expectativas pessoais. Estes Jovens Agricultores têm uma relevante importância para o sucesso do nosso país, pela sua ação ao longo do tempo em prol da agricultura portuguesa, e pelo potencial de futuro que para ele representam.

O rejuvenescimento do sector agrícola e florestal é crucial, particularmente na atual situação de procura de saídas profissionais para os mais jovens, para a necessidade de relançar o investimento e ainda para contrariar o envelhecimento no sector.

Os dados mais recentes do sector¹ evidenciavam que o número de produtores com mais de 65 anos representava cerca de metade do total de produtores do país. Em contrapartida, o número de produtores com menos de 35 anos representava apenas 2% do total de produtores, sendo esta a proporção mais baixa de todos os países membros da União Europeia. Associado a este envelhecimento do tecido social agrícola, acresce uma baixa escolaridade e formação profissional, o que se evidenciava com o facto de apenas 8% dos produtores frequentarem ou terem concluído o ensino secundário ou superior.

Felizmente, nos últimos anos, a atratividade do sector aos jovens tem sido uma evidência, ilustrada pelos dados publicados pela Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)². Tem-se registado uma procura crescente, por parte dos jovens, de apoios para a sua primeira instalação na atividade agrícola. Entre o Programa AGRO (2000-2006) e o PRODER (2007-2013) verificou-se um acréscimo de 42%.

O Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) tem-se empenhado na satisfação desta procura. Assim, para além do apoio à instalação e qualificação dos Jovens Agricultores, globalmente, o PRODER já aprovou 8.520 novos projetos de Jovens Agricultores (o que corresponde a cerca de um terço dos beneficiários com projetos de investimento apoiados). Em simultâneo o MAM disponibiliza diversos instrumentos de estímulo ao acesso à atividade agrícola, de que destaco a Bolsa Nacional de Terras, cujo regulamento de aplicação entrou em vigor no

passado dia 29 de Maio, estando a Bolsa em pleno funcionamento. Precisamos agora de a dinamizar em cada uma das regiões, para o que contamos com o empenho de todos, em particular das organizações de agricultores e de produtores florestais.

Ainda de acordo com os dados da Autoridade de Gestão do PRODER, pode-se resumir o contributo dos Jovens Agricultores na atividade agrícola nacional através dos seguintes indicadores:

- utilizam o dobro da média da área das explorações agrícolas, gerindo cerca de 4% do total da Superfície Agrícola Utilizada (SAU);
- contribuem para formação de riqueza no sector (geram 8% do total do Valor Acrescentado Bruto (VAB) no sector agrícola, correspondente a 235 M€);
- são responsáveis por parte importante do investimento no sector: cerca de 16% do total da Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF) no sector agrícola, correspondente a 735 M€;
- contribuem para a criação de 10 mil postos de trabalho associados.

“O rejuvenescimento do sector agrícola e florestal é crucial, particularmente na atual situação de procura de saídas profissionais para os mais jovens, para a necessidade de relançar o investimento e ainda para contrariar o envelhecimento no sector.”

Existe também uma grande diferença de qualificação entre os Jovens Agricultores e o total de agricultores recenseados: todos os Jovens Agricultores concluíram o ensino obrigatório, embora a grande maioria (90%) não tenha formação agrícola específica. No entanto, atendendo ao grau de qualificação mais elevado, a entrada dos Jovens Agricultores na atividade agrícola provocará, certamente, uma mais-valia no crescimento e produtividade do sector.

De modo a potenciar os efeitos da entrada destes Jovens no sector agrícola e no espaço florestal, o processo de aconselhamento de gestão e da formação dos Jovens Agricultores deve ser efetuado com base na avaliação das competências de que dispõe para concretizar o projeto de exploração. Poderá ser prévio à concretização da instalação, destinado a conferir as competências básicas necessárias para o arranque do projeto. Ou poderá realizar-se ao longo da instalação e de acordo com o ciclo do projeto e das necessidades, em regime de formação-ação ou no âmbito de *coaching*, com o objetivo de realizar uma formação com impacto na execução e gestão do projeto, enquadrando a atividade e as necessidades do jovem no processo formativo.

A formação e a tutoria são fundamentais na instalação dos Jovens Agricultores, de modo a dar suporte formativo e técnico, no plano da produção, gestão, comercialização e marketing necessário ao bom sucesso do projeto.

Existe um conjunto de instrumentos que respondem às necessidades de atualização, especialização e qualificação dos jovens com vista a melhorar a sua capacidade técnica, como por exemplo, o serviço nacional de avisos agrícolas, o sistema de informação de mercados agrícolas, o sistema de aconselhamento agrícola. Contudo não existirá melhor acompanhamento do que o necessário envolvimento do associativismo agrícola, com capacidade técnica e organizativa para prestar todos os serviços necessários à execução de tarefas que envolvem os interesses dos Jovens Agricultores, por forma a reforçar o dinamismo existente, garantir a sua sustentabilidade e consequente durabilidade da instalação do projeto.

O rejuvenescimento do sector agrícola constitui, assim, um desígnio da política agrícola nacional, sendo essencial para o reforço da competitividade da agricultura e para um desenvolvimento sustentável de todo o território nacional. A renovação das gerações no sector agrícola e florestal é, pois, fundamental, assumindo particular relevância o instrumento de apoio à instalação de Jovens Agricultores, quer enquanto motor de desenvolvimento da produção, quer enquanto apoio à instalação de agentes com maior potencialidade de inovação nos territórios rurais.

Para o futuro, a atenção dada aos jovens no acesso à atividade agrícola, continuará no centro das preocupações do MAM, continuando-se a dar resposta às condicionantes que importe ultrapassar, como sejam o acesso à terra, o acesso ao crédito e, tão importante como estes, o acesso ao conhecimento e à tecnologia. Quer-se um ambiente favorável não só à sua instalação, mas à sustentabilidade das suas atividades, reconhecendo-se o seu papel dinamizador e estruturante do espaço rural.



¹ 2009 (atualizado em 2011), INE, Recenseamento Agrícola – RA 09, disponível online: www.ine.pt

² Maio de 2013, Os Jovens Agricultores no PRODER – Alguns indicadores, Coord. Área de Acompanhamento e Avaliação - AG PRODER: Lisboa.



PAC 2014-20: UMA OPORTUNIDADE PARA OS JOVENS

Capoulas Santos | Deputado Europeu e Relator do Parlamento Europeu
Para os Principais Regulamentos da Reforma da PAC 2014/20

No final do passado mês de Junho, a Comissão Europeia, o Conselho de Ministros da Agricultura dos então ainda 27 e o Parlamento Europeu, chegaram a um quase acordo sobre a Reforma da PAC para 2014/20, após um processo decisório que já leva quase 2 anos de discussões.

Refiro um "quase acordo" porque, não obstante todas as regras de aplicação da futura PAC, contidas em centenas de páginas de articulado, terem sido acordadas, 5 questões nada irrelevantes ficaram ainda por resolver devido à teimosia do Conselho: Primeira, a fórmula de cálculo para a repartição dos envelopes financeiros entre os Estados-membros, para o I Pilar da PAC, que é 100% financiado pela UE e que representará para Portugal cerca de 550 milhões de euros por ano. Segunda, a repartição das verbas do II Pilar, que é parcialmente financiado pela UE e que representará também para Portugal mais de 500 milhões de euros por ano. Terceira, as taxas de co-financiamento comunitário deste II Pilar, donde depende, por consequência, um maior ou menor esforço do orçamento nacional. Quarta, as percentagens dos montantes que um Estado-membro poderá transferir de um para o outro Pilar, que terá também repercussões no orçamento nacional. Quinta, a fixação ou não de limites máximos e de reduções de montantes de subsídios aos agricultores maiores beneficiários. O PE defende reduções progressivas a partir de 150 mil euros e o estabelecimento de um tecto máximo de 300 mil euros por agricultor. O Conselho é contra o estabelecimento de qualquer limite e só aceita reduções mínimas a partir dos 150 mil.

A razão da ausência de acordo nestas matérias deveu-se ao facto da presidência irlandesa, corroborada por todos os ministros da agricultura, considerar que a sede competente para decidir sobre estas questões deveria ser o Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo), enquanto eu próprio, enquanto Relator do PE para os principais Regulamentos, investido pelo parlamento com mandato para negociar estas matérias, sempre considerei, apoiado por todos os Grupos Políticos, que, à luz do Tratado de Lisboa, são o Conselho Agrícola e a Comissão de Agricultura do PE os locais próprios de negociação e de decisão destes temas.

Mantive, assim, durante vários meses, com o Ministro da Agricultura irlandês, que assegurou a presidência do Conselho

Agrícola no primeiro semestre deste ano, um "braço de ferro" desnecessário que acabou por ser decidido a meu favor, com a decisão do Conselho Europeu de remeter para a esfera agrícola a co-decisão sobre estas questões.

“Quanto à parte da PAC que foi já objecto de acordo, ela é globalmente positiva para a Europa, para os agricultores, para os consumidores e para os cidadãos em geral, e também, obviamente, para Portugal.”

A renegociação destas matérias deverá, assim, recomeçar a partir de Setembro, sob presidência lituana do Conselho.

E não se trata de questões menores para Portugal, uma vez que a fórmula de cálculo defendida unanimemente pelo Conselho, logo com o apoio do nosso próprio governo (?), faz com que, no II Pilar, isto é, no Desenvolvimento Rural, onde estão contidos, entre outros, os apoios para o investimento, nas explorações agrícolas, na agro-indústria, nos regadios, nas florestas e noutras infra-estruturas, etc..., Portugal perca cerca de 600 milhões de euros face ao período de programação anterior. Por outro lado, a França, que recebe da PAC mais do que 18 Estados-membros no seu conjunto, verá o seu envelope nacional do II Pilar reforçado em cerca de 1100 milhões de euros para o mesmo período, sem que o Conselho aceite sequer explicar que critérios foram utilizados para chegar a este resultado.

Estou certo de que, no pacote que falta ainda negociar, Portugal pode ter ainda algum ganho de causa no quadro do compromisso a que será necessário chegar para o quinteto de questões pendentes referidas.

Quanto à parte da PAC que foi já objecto de acordo, ela é globalmente positiva para a Europa, para os agricultores, para os consumidores e para os cidadãos em geral, e também, obviamente, para Portugal.

Estão garantidos apoios para a formação e o aconselhamento técnico dos agricultores que constituem uma preocupação da AJAP mas teremos, sobretudo, uma PAC mais "verde" e uma agricultura mais sustentável, uma vez que os pagamentos directos ficarão condicionados pelo cumprimento de práticas agrícolas amigas do ambiente, as chamadas medidas de "greening", concebidas de forma a conciliar a mais valia ambiental com a competitividade do sector. Teremos também uma PAC mais justa, uma vez que haverá, ainda que modesta, uma maior aproximação do valor médio das ajudas por hectare entre Estados-membros, e mais equitativa também entre agricultores, tendo em conta que, até 2020, será aplicado um



mecanismo de convergência que transferirá uma percentagem das ajudas directas dos agricultores que recebem valores acima da média nacional para aqueles que estão abaixo dessa média, de forma a que, pelo menos, ninguém fique abaixo dos 60% da média, mas que ninguém veja também o seu nível de ajudas reduzido em mais de 30%. A possibilidade dos Estados-membros majorarem até mais 65% os primeiros 30ha, no caso de Portugal, ficou igualmente contemplada, beneficiando de forma acrescida a pequena agricultura.

Haverá ainda um regime simplificado e financeiramente mais benéfico para os pequenos agricultores e apoios mais alargados para os jovens agricultores, traduzidos, para além dos apoios à instalação, numa majoração de 25% das ajudas directas até um determinado limite de área.

É ainda introduzido o co-financiamento comunitário para os

sistemas de seguros agrícolas e de fundos mútuos, para acorrer a situações de catástrofes naturais, incluindo incêndios florestais, ou de doenças de plantas e de animais.

Contudo, para o sector do leite, subsistem fortes apreensões, tendo em conta as grandes maiorias existentes quer no Conselho, quer na Comissão, quer no Parlamento, a favor da extinção do regime de quotas. Será, assim, necessário encontrar mecanismos alternativos que suavizem os impactos negativos. Foi possível introduzir instrumentos que permitirão a Portugal limitar as reduções dos pagamentos directos e de manter pagamentos ligados até um montante de pelo



menos 15% dos envelopes nacionais, o que permitirá cobrir os valores do sector, se for essa a vontade do governo.

Nada porém estará adquirido até que tudo esteja negociado. Depois de concluída a negociação das questões ainda pendentes, o PE terá ainda de a confirmar na Comissão de Agricultura e no plenário, o que não acontecerá antes do final de Outubro.

Quando o processo terminar, esta terá sido a primeira reforma decidida em co-decisão envolvendo o Parlamento Europeu, tal como o determina o Tratado de Lisboa. Não tenho qualquer dúvida de que, sem co-decisão, a "meia" PAC já acordada seria bem pior para Portugal.

Gostaria de poder dizer o mesmo quando chegar a hora de fazer o balanço da negociação da outra "meia" PAC a que falta ainda chegar a acordo.



INSTALAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE JOVENS AGRICULTORES NO PDR 2014-2020

Arlindo Cunha | Professor da Universidade Católica do Porto e Ex-Ministro da Agricultura

As estatísticas revelam que entre 2010 e 2012 se instalaram mais jovens agricultores (5.048) do que no somatório dos dez anos anteriores (4.879). Não é preciso muita imaginação para concluir que esta corrida aos apoios proporcionados pela Política Agrícola Comum (PAC) é uma resultante directa da crise económica que o nosso país atravessa, com a consequente falta de oportunidades de emprego, principalmente para os jovens.

É sabido que a agricultura portuguesa é uma das mais envelhecidas da União Europeia e que, pior ainda, o processo de envelhecimento se acelerou na última década. Segundo o INE (Estatísticas Agrícolas 2011) os agricultores com menos de 45 anos representavam apenas 7,7% do total em 2009, contra 11,4% em 1999. Por outro lado, enquanto que, no mesmo período, a redução do número total de produtores agrícolas foi de 27,4%, a dos agricultores naquele escalão etário foi de 53,3%.

Sabemos bem que o contexto económico em que vivemos comporta uma visão do mundo e uma compreensão da economia global a que dificilmente se adaptarão as gerações mais velhas, sobretudo aquelas que têm um fraco nível de instrução e formação. Por tal razão, mais instalações de jovens agricultores são um insubstituível factor de rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, que importa continuar e consolidar. No entanto, mais do que congratularem-se por este bom resultado do actual PRODER, bom seria que as entidades oficiais responsáveis aprofundassem o conhecimento deste processo: saber o perfil dos jovens em processo de instalação, quais as suas necessidades, o acesso ao conhecimento e a eficiência da formação e informação de que dispõem, como estão enquadrados nas respectivas fileiras sectoriais e na orientação para o mercado, qual a sua distribuição geográfica e sub-sectorial, qual a sua dimensão económica, etc.

Esta informação é de grande relevância para: consolidar a situação dos jovens em processo de instalação; manter no futuro o ritmo de primeiras instalações; minimizar as taxas de insucesso e abandono; e ganhar eficiência na utilização da despesa pública.

No que respeita aos jovens já instalados, importa, em parti-

cular: premiar os que tiverem sucesso na execução dos respectivos planos de instalação com apoios para novos investimentos de redimensionamento e melhoria das suas explorações, em condições próximas das da primeira instalação; envolvê-los na organização ou reorganização da produção com vista à comercialização dos produtos agrícolas; e incentivar a sua ligação a entidades de investigação e desenvolvimento experimental, visto que uma grande parte deles orientaram as suas explorações para actividades inovadoras e desconhecemos muito sobre a sua adaptação tecnológica às nossas circunstâncias.

“As estatísticas revelam que entre 2010 e 2012 se instalaram mais jovens agricultores (5.048) do que no somatório dos dez anos anteriores (4.879). Não é preciso muita imaginação para concluir que esta corrida aos apoios proporcionados pela Política Agrícola Comum (PAC) é uma resultante directa da crise económica que o nosso país atravessa, com a consequente falta de oportunidades de emprego, principalmente para os jovens.”

Relativamente às novas instalações, importa, especialmente, no próximo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) desenhar um bom programa de apoio aos jovens agricultores e aumentar e melhorar o esforço de informação, formação e acompanhamento, para que não se criem falsas expectativas que desaboquem em insucessos.

Estamos, assim, perante uma oportunidade gerada por esta crise económica, que deve ser bem aproveitada. Para isso, para além de dever ser obrigatório que a primeira instalação seja acompanhada de um plano de investimentos, não bastará fazer uma boa avaliação técnico-económica destes, constatar

a sua formação profissional ou pagar os subsídios a tempo e horas. É fundamental garantir um programa de apoio e enquadramento que potencie as qualidades destes novos empresários agrícolas e minimize as taxas de insucesso. Ou seja, garantir que não estamos a resolver um problema social e de emprego jovem com um instrumento de política agrícola e que, na maioria dos casos estes jovens não abandonarão o sector ao fim dos 5 anos a que a lei obriga a estar na actividade como condição para receberem os apoios.

Não há um formato único para um tal programa de apoio, que pode ter muitas variantes. O que importa é que tenha quatro componentes principais: i) disponibilizar um técnico, profissionalmente acreditado, que seja responsável pelo acompanhamento de cada jovem agricultor durante os primeiros anos após a instalação e até ao ano cruzeiro previsto no projecto, e que funcionará como tutor; ii) tornar obrigatória a elaboração de um relatório de execução em cada pedido de pagamento da ajuda confirmado e validado pelo respectivo tutor; após a execução material e até ao fim do período de acompanhamento especial, elaborar no mínimo dois relatórios de execução/gestão por ano; iii) assegurar que cada tutor realize, pelo menos, igual número de visitas à exploração, com o objectivo de aconselhamento sobre as acções correctoras a introduzir no caso de haver desvios em relação aos objectivos previstos no projecto de investimento-instalação; iv) assegurar que o jovem agricultor está integrado numa organização da produção para a comercialização das principais produções objecto do investimento, ou que demonstra conhecer bem o mercado dessas actividades.

Como o Estado já não dispõe, no âmbito do Ministério da Agricultura, de técnicos em número suficiente para assegurar capazmente esta monitorização e acompanhamento no terreno, os custos com o tutor deverão ser considerados elegíveis no próprio projecto de instalação dentro de determinados limites de razoabilidade e deverá criar, no âmbito do mesmo PDR, uma medida ou acção especial de criação e financiamento de uma rede de aconselhamento técnico e de gestão, às organizações agrícolas. A missão desta rede de técnicos consistiria em prestar apoio e aconselhamento aos agricultores, nos domínios técnico-agronómico, da gestão, da comercialização e mercados, etc. Seria dada prioridade ao apoio aos jovens agricultores que, pela sua inexperiência, são particularmente carentes deste tipo de informação, apoio e aconselhamento.

Com uma rede de serviços desta natureza estaríamos a criar condições para que os agricultores, em geral, tivessem mais e melhor apoio técnico e, especialmente os jovens agricultores, tivessem um acompanhamento permanente, em vez de serem abandonados à sua sorte. As taxas de

sucesso seriam maiores e optimizava-se o seu contributo para o desenvolvimento e modernização da nossa agricultura.

Uma nota final para sublinhar a importância que tem uma boa imprensa neste processo de atracção dos jovens para o desenvolvimento e modernização da agricultura portuguesa. Após mais de uma década em que esteve votada ao ostracismo por parte dos *media*, a agricultura voltou a ser por eles descoberta. Para isso contou certamente este inusitado movimento de acesso aos apoios aos investimentos por parte dos jovens, mas também o facto de, a partir da crise alimentar de 2007-2008 e das previsões internacionais que indicam que o mundo terá que aumentar a sua produção alimentar em 70% até 2050, a agricultura ter surgido novamente como um sector estratégico para o futuro da humanidade. Na verdade sempre o foi. Só que alguns tinham-se esquecido disso! Ora, esta ideia de que a agricultura é uma actividade com futuro é fundamental para atrair uma nova geração de empresários com capacidade para a colocar noutro patamar de competitividade.

É um lugar-comum dizer que é nas grandes crises que se descobrem as grandes oportunidades. Considero que estamos perante uma dessas situações em que a expressão atinge a plenitude do seu significado. Na verdade, no meio da crise em que está a economia portuguesa, anémica e anímica, marcando passo quanto ao crescimento, à competitividade e ao emprego, poderemos encontrar um caminho para dar à nossa agricultura o impulso renovador e inovador de que precisa e transformá-la numa relevante alavanca do nosso crescimento e desenvolvimento económico.





PRÓXIMO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO – QUE ESTRATÉGIA PARA O SUCESSO

Pedro do Ó Ramos | Deputado Coordenador do PSD na Comissão de Agricultura e Mar da A.R.

Importância da formação e assistência técnica nos novos projetos agrícolas

Perante o novo pacote de fundos comunitários muito se tem dito e escrito sobre a aplicação das verbas comunitárias no passado.

Estranhamente instalou-se na opinião pública, a ideia de que Portugal aplicou mal os fundos comunitários do passado. É usual ouvir-se que a política agrícola comum (PAC) arruinou a agricultura portuguesa, que destruiu o tecido produtivo nacional, que acabou com as produções nacionais, que passámos a importar tudo o que comemos, que provocou o abandono de milhões de hectares de terras agrícolas.

Discordo totalmente desta visão simplista e distorcida da realidade. Vale a pena comparar a agricultura que temos hoje com a que tínhamos antes de 1986, antes da adesão à CEE. E perspetivar como estaria o sistema produtivo agrícola sem os apoios ao investimento e sem os apoios ao rendimento que existiram até ao momento. Vale a pena conhecer os números relativos ao grau de autossuficiência alimentar do país e desmitificar ideias erradas que passam nos meios de comunicação social com uma tremenda falta de rigor.

O sucesso comercial e o nível de tecnologia que a generalidade das explorações agrícolas hoje têm, não seria possível sem os elevados investimentos realizados através de co-financiamento de Bruxelas.

O sector agro-florestal, através dos fortes apoios estruturais, tem hoje uma moderna rede de infraestruturas de produção, transformação, e comercialização cuja dimensão e qualidade em nada se compara com o período antes de 1986. O nosso grau de autossuficiência alimentar é hoje de 81%, em média, sendo 100% em alguns produtos vegetais e pecuários. Somos igualmente exportadores líquidos de hortícolas, vinho e no sector florestal.

A agricultura nacional utiliza inovação e tecnologia de ponta ao nível do melhor, estando em alguns ramos, a par dos países com sistemas agrícolas muito competitivos. O que falta à nossa agricultura é escala. Somos um país pequeno com uma estrutura fundiária de reduzida dimensão, onde é difícil alcançar economias de escala, e ser competitivo a nível mundial. Mas é com estas características que temos que continuar a trabalhar mais e melhor.

Por outro lado, não deixa de ser verdade que o sector agrícola e florestal mantém muitas falhas e insuficiências, seja ao nível de burocracias nacionais e europeias, seja ao nível da nossa organização

interna. Falta maior integração de conhecimentos, maior assistência técnica, maior partilha de investimentos e maior abordagem ao mercado. Neste sentido, o futuro quadro comunitário de apoio constitui uma nova oportunidade para que sejam corrigidas estas deficiências e se continue a modernizar, desenvolver, e crescer este setor.

Perante a atual conjuntura que resulta de um novo ciclo de políticas co-financiadas e a evidente falta de recursos financeiros nacionais, faz do próprio QCA um instrumento crucial para o crescimento do país.

Importa, pois, definir uma estratégia e ações prioritárias de investimento. Importa garantir que as políticas públicas sejam adaptadas às realidades empresariais das diferentes regiões do território nacional e possibilitem investimentos reprodutivos em termos económicos, sociais e ambientais. Mais do que nunca é essencial que a definição de regras de aplicação da PAC, sejam elas do primeiro ou do segundo pilar, maximizem o investimento de qualidade e produtivo. É igualmente importante uma estabilização de políticas e dos instrumentos de políticas públicas.

Perante uma população agrícola envelhecida e com um baixo nível de instrução, julgo primordial a aposta no rejuvenescimento do setor, com políticas ativas para fixarmos cada vez mais jovens na agricultura, mas com o devido acompanhamento, sendo absolutamente necessário promover o aumento do conhecimento técnico junto dos promotores de novos investimentos e a sua integração em organizações que facilitem a profissionalização associada à adaptação ao mercado, otimizando custos de produção. Só assim é possível contornar a falta de dimensão das explorações agrícolas nacionais, ganhado poder negocial na aquisição dos fatores de produção, e no escoamento dos produtos.

Paralelamente, é essencial apostar numa verdadeira política de investigação, no ensino, na formação especializada e na transmissão de conhecimentos até aos seus utilizadores finais. Para este propósito, as organizações de produtores devem ter um papel basilar no acompanhamento permanente dos novos projetos instalados.

Neste sentido, é satisfatório saber que o futuro programa de desenvolvimento rural prevê reforçar ainda mais a importância e as medidas de apoio às Organizações de Produtores. Este fortalecimento é o caminho correto para se alcançar maior rentabilidade nas explorações agrícolas cujos benefícios a nível económico, social e ambiental serão reproduzidos em cadeia, na economia nacional e nas nossas vidas.

REJUVENESCIMENTO AGRÍCOLA: INVESTIR NUM MODELO DE CRESCIMENTO EM COOPERAÇÃO

Miguel Freitas | Deputado do Partido Socialista



Os últimos 10 anos marcaram uma mudança no sector agrícola, com o aumento da produtividade em 30%, com uma sucessiva melhoria na balança comercial, com um aumento das exportações acima de dois dígitos, com inovação nos produtos e diversificação nos mercados. O sector tem crescido, tem investido, tem inovado.

Mas estes números, que dão alguma confiança, escondem uma realidade concreta que é preciso mostrar. O valor da produção aumentou em 20%, mas os consumos intermédios aumentaram 40%, havendo um decréscimo do valor acrescentado e, em geral, uma redução dos rendimentos dos agricultores.

Ainda mais elucidativo é o facto de, em 2009, apenas 6% dos agricultores viverem exclusivamente do rendimento da sua exploração. Dá que pensar.

Esta é, de facto, uma atividade muito exigente e baseada num tripé de erres que não admitem erros: risco elevado, retorno lento do investimento e remuneração irregular do capital. Não é uma atividade económica para empresários de curto-prazo. Requer preparação, boa ancoragem financeira e apoio técnico consistente.

Estes são os avisos que devemos fazer a quem quer protagonizar novas entradas no investimento agrícola, particularmente aos jovens agricultores.

O rejuvenescimento agrícola é um objetivo político, económico e social da maior importância. Precisa de ser pensado. Temos, agora, uma nova oportunidade, quando estamos a preparar o novo programa de desenvolvimento rural.

A PAC reformada deu um sinal claro quanto à necessidade de prosseguir, mais, de aprofundar, um caminho de mudança estrutural na agricultura europeia. Devemos saber ler e aproveitar esses sinais.

Exige-se uma avaliação profunda da medida de apoio à instalação de jovens agricultores do PRODER, para uma caracterização realista e consequente do que tem vindo a acontecer e para a preparação do novo quadro. Mas, também, dos apoios concedidos para aconselhamento técnico.

“Ainda mais elucidativo é o facto de, em 2009, apenas 6% dos agricultores viverem exclusivamente do rendimento da sua exploração. Dá que pensar.”

O país deve fazer uma aposta no rejuvenescimento agrícola, com projetos sustentados na sua valia técnica e solidez de capital, com um sistema tutorado e acesso privilegiado ao sistema financeiro, através de medidas concretas de capital de risco, capital semente, ou bonificações de juros em apoios reembolsáveis. Sem que isso signifique inventar nada. Está tudo inventado. É preciso tornar prático. Simplificar.

Este objetivo deve ser acompanhado com a necessidade de reforço da organização, que permita trocas de experiências, elos de cooperação, quer para a melhoria da produção, quer para a abordagem aos mercados. Esta deve ser uma linha prioridade máxima. Melhorar e dar estabilidade à organização agrícola.

A aposta na inovação e conhecimento, na formação e no aconselhamento agrícola, é fundamental para dar competitividade e sustentabilidade à agricultura portuguesa, mas muito particularmente, para dar capacidade de resposta aos jovens agricultores. E isso não se reduz aos apoios exclusivamente agrícolas. É preciso, aliás, recorrer a outros fundos e conseguir novos recursos. A criação de Grupos Operacionais no âmbito da Parceria Europeia para a Inovação e apoio a projetos-piloto inovadores é, certamente, um desses caminhos que deve ser percorrido.

Em suma, rejuvenescer a agricultura portuguesa, sem criar ilusões de facilitismo aos jovens “recrutados”, incentivar a sua participação para um modelo de crescimento em cooperação e simplificar a vida dos jovens empresários para reduzir custos de contexto, eis algumas condições para podermos continuar a avançar.



INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES: O CONHECIMENTO É FUNDAMENTAL PARA A SUA SUSTENTABILIDADE

Manuel Cardoso | Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte

A instalação de jovens agricultores no campo é fundamental e estratégica para o país: contraria o despovoamento e as suas consequências e permite manter e ampliar a capacidade produtiva de Portugal. Tem sido muito apoiada e tem merecido do governo uma atenção especial. Contudo, tal instalação é um esforço permanente, devendo ser analisada em toda a sua complexidade.

A decisão para a instalação não tem por base, algumas vezes, a vocação rural do empreendedor mas a busca duma saída de curto prazo para situações de contingência que a crise propagou. Ainda bem que pode servir para isto, gerando emprego e criando riqueza, mas não pode ser apenas o resultado dum impulso irrefletido. A atividade agrícola é sempre uma atividade de médio/longo prazo, com uma amplitude grande de variações na sua implementação e execução continuada. Exige ciência, resiliência e perseverança perante as adversidades, que podem ser muitas. E exige uma enorme capacidade de adaptação a novidades, quer técnicas quer culturais quer de mercado, no que à partida pode parecer um contrassenso uma vez que a agricultura é feita de rotinas e ciclos. Para tudo isto é necessária uma preparação profissional e um permanente apoio técnico, coisa que os gabinetes que têm feito projetos agrícolas nem sempre disponibilizam de forma adequada, quando disponibilizam. Para já não falar em todos os que embarcaram na aventura de dar o nome para um projeto, seduzidos por alguns milhares de euros com que lhes acenou um pouco escrupuloso gabinete, e dos quais um dia, inevitavelmente, terão de prestar contas.

Apesar do escrito acima, a instalação de jovens agricultores é uma excelente oportunidade que tem sido aproveitada com um enorme sucesso.

O PRODER, no continente, até julho do corrente ano, aprovou 6.814 candidaturas de instalação de jovens agricultores dos quais 3.078 no Norte, a que corresponde um investimento total de 774.649.000€ no continente e 283.224.000€ no Norte.

O plano de formação, para os jovens que à partida não detenham aptidão e competência profissional, é constituído por um nível de carácter obrigatório que implica um curso de cerca de 200 horas em áreas como a formação básica, específica, gestão e componente prática em contexto empresarial, ministrada por entidades certificadas, e um segundo nível de carácter

complementar, não vinculativo, da iniciativa do candidato. O apoio técnico é da responsabilidade do jovem promotor, podendo este contratualizá-lo ou não com qualquer entidade. O programa de instalação apoia também a criação e desenvolvimento dos serviços de aconselhamento agrícola com o objetivo de ajudar os agricultores a cumprirem as normas de uma agricultura sustentável, designadamente as relativas à condicionalidade e à segurança no trabalho.

Faltam números e estudos de casos exemplares, apenas sendo conhecidas as abordagens mais ou menos jornalísticas de algumas experiências mais emblemáticas e coloridas. Um trabalho de investigação destes, quantificado e exemplificativo, é urgente, necessário e importante.

Tem estado a decorrer um estudo sobre a “Avaliação da Sustentabilidade do Acompanhamento Técnico da Instalação dos Jovens Agricultores” que é uma candidatura apresentada ao Programa para a Rede Rural Nacional pela AJAP em colaboração com a DRAPN, que já produziu um manual de acompanhamento técnico do jovem agricultor, já disponível, e do qual se aguardam conclusões para breve. Vai ser muito importante ver os resultados e decidir o que se pode e deve fazer a seguir, até porque vem aí o novo quadro comunitário de apoio.

A proposta de regulamento relativo ao desenvolvimento rural para o próximo quadro comunitário prevê a elegibilidade da formação e aconselhamento agrícolas, através do seu artigo 15º

“Faltam números e estudos de casos exemplares, apenas sendo conhecidas as abordagens mais ou menos jornalísticas de algumas experiências mais emblemáticas e coloridas. Um trabalho de investigação destes, quantificado e exemplificativo, é urgente, necessário e importante.”

- “Transferência de conhecimentos e ações de informação” e 16º. “Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas”. O aconselhamento pode também vir a abranger, outras questões associadas ao desempenho económico, agrícola e ambiental da exploração agrícola. Está aberta a possibilidade de poder ser elegível o apoio técnico. Para além dos apoios aos jovens agricultores no âmbito do Desenvolvimento Rural, está previsto um apoio complementar no âmbito do 1.º Pilar da PAC.

Os programas de instalação de jovens agricultores têm sido uma constante ao longo dos Q.C.A. Dos jovens instalados na área desta Direção Regional foram detetados casos de sucesso e muitos de insucesso, sem que fosse possível determinar e sistematizar cabalmente, num trabalho de conjunto, qual a causa ou causas responsáveis por este desfecho. As variáveis são muitas e podem estar ligadas quer ao perfil do empresário, tais como a formação, a vocação, a experiência profissional ou a falta dela, como também a fatores externos, tais como o apoio técnico, o acesso ou não acesso ao crédito e o endividamento. Neste campo deu o Governo um passo importante ao ter protocolado com os Bancos o financiamento para os contratos PRODER. Cremos, no entanto, que um dos fatores limitantes tem a ver com a qualidade e a forma do apoio direto que é dado aos JA's, sobretudo aos que não tenham laços tradicionais com a lavoura.

De início, aquando do começo dos incentivos desde 1986, os jovens provinham quase exclusivamente de famílias de agricultores com alguma experiência, obtida no ambiente familiar: eram os “jovens continuadores”. Com este background e saber adquirido, os projetos têm decorrido e sido executados quase sempre sem problemas de viabilidade. Nos últimos anos, a crise económica aliada ao reconhecimento da agricultura como uma opção com futuro, tem trazido para o setor um número cada vez maior de jovens oriundos de outras áreas sem qualquer experiência agrícola e não integrados no mundo rural. Para estes, a formação obrigatória é indispensável: ajuda a uma aproximação ao setor e a uma reflexão sobre os seus principais problemas – mas não fornece competências para a gestão plena de uma exploração agrícola! Tais competências só irão sendo adquiridas ano a ano ao longo do percurso profissional. Daí que um prémio à instalação e um apoio ao investimento inicial com alguma formação não estejam a ser suficientes, nestes casos, para garantir o êxito duma eficaz primeira instalação. Se antes era importante o apoio dado aos jovens, agora torna-se imprescindível aprofundar e adequar alguns aspetos desse apoio logo desde a elaboração do projeto, que deve ser feito “com o” e não “para o” agricultor. O acompanhamento da sua implementação deveria ser obrigatório durante a sua vigência por parte do técnico projetista. Ambos lucrariam com a experiência e com o estar a par dos seus erros e sucessos.

É muito importante manter o foco na melhoria e aperfeiçoamento dos projetos de instalação e no acompanhamento técnico da sua execução, para o que deve haver investimento em conhecimento por parte dos promotores. O nosso futuro a isso está ligado. Esperamos que os estudos em curso e os que se venham a fazer possam em breve dar uma contribuição que diminua a incerteza, previna uma parte do risco e melhore qualitativa e quantitativamente os resultados económico-financeiros de cada um dos promotores. É isso que se pretende e é disto que se trata: mais jovens na agricultura com sucesso, a ganhar mais e a encontrar no campo uma forma de realização e de felicidade!





A SUSTENTABILIDADE DOS PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES - ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

Elizete Jardim | Directora Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

As últimas estatísticas agrícolas vieram confirmar uma situação há muito conhecida sobre um país com o setor agrícola envelhecido – apenas 2% dos activos agrícolas têm menos de 40 anos de idade.

O PRODER, Programa de Desenvolvimento Rural em vigor, revelou-se um sucesso em termos de procura para financiamento ao investimento no setor, tanto para a modernização das explorações agrícolas, como para a instalação de jovens agricultores.

Contudo, importa referir que a conjuntura favorece esta procura – a dos jovens à procura de emprego que vêem neste programa uma oportunidade para criarem o seu posto de trabalho –, muitas vezes mais por opção do que por vocação, podendo conduzir a uma taxa de insucesso que está longe de ser desejada. Para o evitar é imprescindível a consciencialização de que um prémio de instalação pressupõe a realização de investimento/desenvolvimento de uma atividade agrícola, baseada num plano de exploração. Um projeto aprovado e contratado, tem de ser executado, com desvios mínimos, sob pena de devolução das verbas recebidas, com todos os problemas a isso associados.

São muitos os exemplos de casos de sucesso, desenvolvidos por jovens sem formação agrícola de base. Como são muitos os casos de insucesso de jovens com ou sem formação agrícola de base.

Apesar de já não haver orçamento nas medidas apresentadas, no âmbito do programa 2007-2013, medidas similares vão ser criadas no próximo período de programação, com elegi-

bilidade a partir de janeiro de 2014, não se conhecendo ainda a data da sua abertura.

A preparação de um processo de instalação, como o início de qualquer negócio, exige tempo, e este é o momento para que os futuros Jovens Agricultores comecem a utilizar esse tempo para o preparar, com plena consciência de que é preciso:

- ter um mínimo de conhecimentos técnicos e o máximo de capacidade de aprendizagem sobre o sector específico a desenvolver;
- conhecer muito bem as necessidades do mercado (interno e externo);
- saber que atualmente a agricultura não se compadece com o individualismo, sendo de importância fundamental a organização da produção, a montante e a jusante - como uma chamada de atenção muito especial para a importância das Organizações de Produtores;
- ter garantias absolutas sobre a forma de financiamento da(s) atividade(s) a desenvolver;
- conhecer com muito rigor os direitos e os deveres de cada promotor de projetos financiados pelo FEADER;
- encarar a atividade, como uma oportunidade de negócio, com o profissionalismo e a qualidade que qualquer empresário deve imprimir ao seu negócio.

Este é o momento para que todas as variáveis sejam analisadas, estudadas, planeadas, programadas e orçamentadas com base em fatos reais, através de conhecimento e competências adquiridas/a adquirir, com aconselhamento técnico especializado e a certeza de que estes são fatores de sucesso fundamentais, a não descuidar.

DRAPLVT	PRODER - Jovens Agricultores Global - APROVADOS		
Nº PA*	Situação	Investimento Proposto	Prémio
394	113 - Jovens Prémio		15.760.000,00 ¤
296	111 - Jovens Investimento	48.548.163,65 ¤	
586	113 - Jovens Investimento + Prémio	105.447.893,29 ¤	17.115.036,31 ¤
1276		153.996.056,94 ¤	32.875.036,31 ¤

*PA – Pedidos de Apoio/Nº de Projetos



JOVEM AGRICULTOR **EM REDE**

*Reunir
Sistematizar
Divulgar
Comunicar
Partilhar
Disseminar*

Registe-se em:
jovemagricultoremrede.net



**Rede de Tratamento e Difusão
da Informação Técnica e Científica
para os Jovens Agricultores**



COMEÇAR É DIFÍCIL

José Pedro Salema | Departamento Técnico da Agrogestão

Começar é difícil. A Física diz-nos que todos os corpos com massa são preguiçosos e oferecem resistência à mudança do seu estado de movimento (ou ausência dele). Frequentemente a inércia, esta propriedade física da matéria, também se aplica às empresas e aos projectos. A fase inicial de quase todas as actividades é muitas vezes a mais difícil. Existem muitos fatores que contribuem para a inércia no arranque dos projectos e o dificultam sendo que o principal deles é, provavelmente, o desconhecimento ou falta de experiência do promotor.

A instalação de Jovens Agricultores padece muito deste problema. Em primeiro lugar o empresário é frequentemente (e quase por definição) inexperiente e tem que lidar com uma multiplicidade de questões novas que exigem decisões com muitas repercussões no seu futuro e viabilidade.

Importantes questões como o que fazer, como fazer, quando e quanto fazer, como financiar ou a quem vender assolam o espírito de quem quer passar a ser produtor agrícola ou pecuário. Estas questões são fundamentais e estratégicas para as novas empresas ou projectos e, no entanto, têm que ser tomadas num momento em que o empresário tem pouca informação e nenhuma experiência!

A única forma sensata de ultrapassar este paradoxo é o empresário recorrer a fontes externas de conhecimento adequado à futura actividade a desenvolver e encontrar apoio para o planeamento e implementação inicial do projecto.

Para demonstrar a realidade empírica que os empresários e projectos com apoio externo especializado durante a fase de instalação têm maiores probabilidades de sucesso, a AJAP idealizou o projecto «Avaliação do impacto do acompanhamento técnico na sustentabilidade da instalação de Jovens Agricultores» que foi apoiado pelo Programa para a Rede Rural Nacional.

Este projecto começou pela determinação de uma amostra de Jovens Agricultores a inquirir com representatividade nas instalações recentes (PRODER) e por estados de instalação. Estes Jovens Agricultores foram inquiridos para caracterizar os seus projectos e as suas práticas de gestão. Com base nestas respostas foram identificados 80 Jovens Agricultores,

tentando seguir a mesma proporção regional e garantindo uma variedade de orientações produtivas.

A equipa técnica da AJAP foi encarregue do apoio técnico personalizado a estes 80 Jovens Agricultores durante um ano utilizando um manual produzido também no âmbito deste projecto e valendo-se da sua vasta experiência profissional.

“A única forma sensata de ultrapassar este paradoxo é o empresário recorrer a fontes externas de conhecimento adequado à futura actividade a desenvolver e encontrar apoio para o planeamento e implementação inicial do projecto.”

Este manual descreve os documentos resultantes da aprovação do pedido de apoio bem como as obrigações gerais e específicas, suas consequências na relação entre jovem agricultor, entidade que acompanha a execução da operação e a entidade que controla a execução da operação. Inclui também as normas e regras a observar para garantir a elegibilidade das despesas efectuadas durante a execução da operação, assim como os passos de uma correcta gestão documental relativa à execução do projecto bem como os tipos de pedidos de pagamento e a constituição dos processos físicos correspondentes. Finalmente inclui também um capítulo que tenta definir algumas das temáticas centrais para a gestão da empresa agrícola como a estratégia, inovação, marketing ou saúde e bem-estar animal.

Os domínios das questões que os empreendedores enfrentam no arranque das suas actividades são muitos e variados. O apoio dos técnicos da AJAP abrangeu, entre outras, as seguintes áreas:

- Na área administrativa com a interpretação e preenchimento de formulários, recolha de informação,

pedidos de pagamento e apoio geral no contacto com organismos oficiais. Dos Jovens Agricultores apoiados 95% pensam que o trabalho dos técnicos da AJAP nesta área foi importante ou muito importante para o seu projecto;

- Na área técnica com escolha de parâmetros técnicos do aparelho produtivo, a avaliação de propostas de fornecedores e resolução de problemas na implementação de culturas. De referir que 70% dos agricultores apoiados considerou o apoio recebido nesta área importante ou muito importante para o seu projecto;
- Na área comercial com a selecção de fornecedores de equipamentos e de todos os fatores de produção e identificação de canais de comercialização. 53% dos agricultores apoiados classificam como importante ou

comercial e 59% pensa que os técnicos deveriam desenvolver competências nas áreas da gestão e marketing.

O projecto contemplou ainda uma análise das políticas de apoio à instalação de Jovens Agricultores nos estados-membros e regiões da União Europeia no período de 2007-2013. Foi realizado um levantamento das várias medidas de apoio à instalação e investimento particularmente orientadas para os jovens agricultores, e respectivas condicionalidades no acesso, elegibilidade das despesas e intensidade dos apoios. A diversidade de soluções adoptadas, em que se privilegiam os investimentos no capital de exploração, inovação e tecnologia, e apoio técnico necessário à implementação das operações de instalação e investimento, fornecem pistas que podem melhorar o quadro de apoios futuro em Portugal.



muito importante a relevância do apoio recebido para a sua gestão comercial.

No final deste apoio anual os Jovens Agricultores foram inquiridos para avaliar a sua pertinência e todos, sem excepção, revelaram que o apoio recebido tinha sido globalmente adequado ao seu projecto de instalação.

A avaliação global do apoio recebido pelos agricultores atingiu o valor médio de 4,3 em 5. Destes agricultores 88% relevaram que de certeza ou provavelmente não teriam os mesmos resultados se não tivessem tido o apoio deste projecto e 75% recomendariam de certeza os serviços de apoio da AJAP. Como oportunidades de melhoria 54% destes agricultores referiram que gostariam de ter recebido mais apoio na área



É universalmente aceite que a renovação e o rejuvenescimento da comunidade empresarial agrícola é fundamental para a sustentabilidade do sector produtivo primário e como tal existem políticas para a promoção da instalação de jovens. Para garantir a eficácia destas medidas é crucial garantir as condições de viabilidade dos novos projectos.

Este projecto veio confirmar o papel fundamental do acompanhamento técnico na garantia da sustentabilidade e consequente viabilidade da instalação de Jovens Agricultores. Se começar é difícil, temos que ter a certeza que quem se lança na aventura da produção agrícola ou pecuária tem acesso ao conhecimento necessário e suficiente para ultrapassar todas as resistências e obstáculos próprios desta fase.



JOVEM AGRICULTOR

Nome: Lourenço Manuel M. Baldonado

Idade: 33 anos

Habilitações: 12º ano - Curso técnico-profissional em Gestão Agrícola

Ano de Instalação: 1998

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

Especialização Produtiva: Olival tradicional e Ovinos de Carne

Localização: Sobral da Adiça – Moura

Mão-de-Obra Permanente: 2 pessoas

ENTREVISTA

1. Quais as principais motivações que o levaram a contactar um Técnico da AJAP? Em que fase do seu projecto agrícola sentiu essa necessidade?

As principais motivações para a procura de um Técnico da AJAP foram as Medidas Agro-Ambientais. A partir do momento em que me candidatei às ajudas comunitárias, nomeadamente a 'Proteção Integrada', era necessário ter um acompanhamento técnico obrigatório. Como tinha feito o meu projeto de Jovem Agricultor há menos de 3 anos e me encontrava numa fase de desenvolvimento e implementação do meu projecto, pensei que a AJAP seria a melhor entidade para me ajudar em todo o meu processo, nomeadamente no campo do aconselhamento técnico e do cumprimento de todas as normas e imposições a que agora estaria sujeito.

2. Na sua opinião, qual a importância do Acompanhamento Técnico de proximidade para o sucesso da sua exploração agrícola?

Um acompanhamento técnico de proximidade tornou-se essencial para mim e para a minha exploração. É de enorme importância ter este acompanhamento, no sentido em que conseguimos antecipar possíveis problemas no terreno e resolvê-los, sem que haja prejuízo para a minha exploração, consigo manter-me informado sobre todos os apoios e projectos a que posso recorrer, bem como cumprir com um calendário de tratamentos fitossanitários e intervalos de segurança adequados,

o que me tem permitido ter uma produção sã e com médias razoáveis todos os anos. A ajuda da técnica da AJAP tem ainda uma especial importância no preenchimento de toda a documentação das Agro-Ambientais e no cumprimento de prazos, o que me permite estar mais descansado perante as entidades oficiais.

3. Em que área (técnica/comercial/administrativa) considera mais relevante o apoio prestado pelo Técnico?

Sem dúvida que na área técnica e administrativa. A assistência técnica na minha exploração, permite-me estar sempre informado e beneficiar de uma contínua aprendizagem, bem como usufruir de uma despreocupação com burocracias, podendo desta forma dedicar mais tempo à minha exploração.

UMA MENSAGEM DE UM JOVEM AGRICULTOR COM ACOMPANHAMENTO TÉCNICO PARA JOVENS AGRICULTORES?

A mensagem que deixo aos Jovens Agricultores que ainda não beneficiam de um acompanhamento técnico, é que recorram a uma assistência técnica de qualidade e de proximidade, que vos saiba ajudar e orientar na vossa actividade produtiva. Sem dúvida que quem beneficia de uma orientação técnica, terá certamente mais sucesso na sua exploração e no seu futuro como agricultor, num mundo tão difícil como é o mundo Agrícola.





COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Nome da Técnica: Valentina Castilho

Habilitações: Eng.^a de Ciências Agrárias - Ramo Agrícola

Anos de Experiência Profissional como Técnico Agrícola: 9 anos, 6 dos quais na AJAP

Área de abrangência: Baixo Alentejo

ENTREVISTA

1. Com base na sua experiência, quais os principais contributos do Acompanhamento Técnico de proximidade para a sustentabilidade das explorações agrícolas?

Os principais contributos do acompanhamento técnico de proximidade passam necessariamente pelas preocupações de carácter técnico, económico e ecológico-ambiental das explorações.

Contributos como a luta química aconselhada, que “condiciona” o número de aplicações e a utilização de produtos fitofarmacêuticos de largo espectro de ação, em conjunto com a determinação dos Níveis Económicos de Ataque das culturas, influenciam o agricultor a uma tomada de decisão consciente das preocupações ambientais e economicamente mais sustentável para a sua exploração.

A divulgação, informação e o esclarecimento dos agricultores que contratam um serviço de Aconselhamento Técnico, tem também um papel relevante na sustentabilidade das suas explorações. Um agricultor informado e esclarecido nas suas dúvidas é uma mais-valia, em particular, para a sua exploração e em geral para o mundo rural.

Por fim e não menos importante, o apoio técnico-administrativo aos agricultores beneficiários de apoios comunitários na formalização das suas candidaturas e no preenchimento de Cadernos de Campo, bem como no apoio a toda uma burocracia inerente, contribui para o cumprimento de todas as obrigações a que o agricultor está sujeito.

2. Quais os maiores desafios/obstáculos que encontra na prestação de Assistência Técnica aos Agricultores?

Os maiores desafios passam sobretudo por desempenhar um papel pedagógico-motivador e observar que o meu trabalho na Assistência Técnica aos agricultores se traduz, ao longo do tempo, em evoluções e melhorias nas suas explorações e por conseguinte em aumentos de rentabilidade e

produção, sempre associados a uma preocupação ambiental.

Os maiores obstáculos estão associados, por vezes, a algumas dificuldades em converter más práticas culturais ‘herdadas’ nas explorações de alguns Agricultores. Mostrar-lhes alternativas a essas más práticas culturais, sem que o Agricultor veja resultados rápidos e antecipados, faz parte de uma “batalha” no trabalho de um(a) Técnico(a) Agrícola.

3. Na sua opinião, deveria o Acompanhamento Técnico ser enquadrado na nova PAC?

É essencial que o Acompanhamento Técnico(a) seja contemplado no novo Quadro Comunitário.

É prova dessa necessidade a fraca adesão dos Agricultores às Medidas Agroambientais no actual Quadro Comunitário—ProDeR, que não apresenta como obrigação a necessidade de uma Assistência Técnica. Em campo, um Técnico consegue constatar que ainda é extremamente difícil para um Agricultor, sozinho sem uma orientação técnica, cumprir todos os princípios e obrigações que fazem parte das Medidas Agroambientais.

O Acompanhamento Técnico reflete, sem dúvida, melhorias significativas nas explorações, quer a nível Ambiental quer na qualidade da Produção, e é essencialmente nesta base que as entidades que estão a elaborar o novo Programa, deveriam entender esta necessidade da Assistência Técnica.

UM MENSAGEM DE UM TÉCNICO AGRÍCOLA PARA JOVENS AGRICULTORES?

Aconselho vivamente os Jovens Agricultores, quer os recém-chegados à Agricultura, quer os instalados já há alguns anos, que solicitem o Apoio de um Técnico Agrícola. Nós estamos cá para vos ajudar a cumprir todas as regras e para melhorar tecnicamente as vossas explorações.



A SUSTENTABILIDADE DOS PROJECTOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

HORTOTEJO | Associação de Horticultores do Ribatejo

A sustentabilidade dos Projectos de Instalação de Jovens Agricultores, depende de vários factores, no entanto acreditamos que entre outros, o que poderá garantir uma maior durabilidade e sustentabilidade da instalação destes jovens será principalmente o apoio técnico e complementarmente a formação agrícola, na área da instalação.

Todos sabemos as dificuldades imensas que os Jovens Agricultores têm para poder cumprir um plano de formação, quando não detenham a aptidão e competência profissional necessárias, uma vez que se comprometem no projecto de instalação a realizar num período máximo de 36 meses a Formação Básica na Agricultura, Formação Específica para a Orientação Produtiva da Instalação, Formação de Gestão da Empresa Agrícola e a Componente Prática em Contexto Empresarial (alguns jovens quando têm experiência na área agrícola (comprovada) a que se candidatam, ficam libertos de realizar alguns dos módulos já anteriormente referidos).

As dificuldades mais sentidas pelos Jovens Agricultores são concluir dentro do tempo previsto (36 meses) a formação obrigatória, uma vez que as entidades creditadas para esta formação específica são poucas a nível nacional o que provoca um constrangimento em arranjar cursos o mais próximo das suas residências, obrigando na maioria das vezes a deslocações enormes, por outro lado e não menos importante é conseguir arranjar dentro do prazo obrigatório cursos de Formação Específica para a Orientação Produtiva da Instalação, a maioria das vezes estes jovens são obrigados a esperar vários meses até se conseguir um curso com o número mínimo de participantes necessário para a sua realização.

Hoje os tempos são de mudança e de grandes dificuldades motivo pelo qual cada vez mais se encontram jovens a enveredar por uma oportunidade na agricultura, por um lado é a vocação pela terra alicerçada pelo próprio ou pela família que está instalada nesta área, mas principalmente, é sem dúvida uma saída profissional e a maioria das vezes uma aventura apadrinhada pela família, sempre com a esperança de sucesso, numa área que até há bem pouco tempo, era desconhecida para a maioria deles.

A instalação de Jovens Agricultores tem aumentado significativamente desde o último semestre de 2012, as áreas de

implantação são bastante diversificadas, mas entre outras as principais são: horticultura de ar livre, horticultura forçada, floricultura, fruticultura, olivicultura, helicultura, produção de aromáticas, produção de cogumelos, produção de pequenos frutos e hidroponia em NFT e NGS. Com toda esta diversidade de áreas de instalação depreende-se a dificuldade encontrada na formação específica e principalmente na assistência técnica a prestar a todos estes Jovens Agricultores.

Todos aqueles que se instalam como Jovens Agricultores e que têm o apoio dos seus progenitores, sendo estes agricultores, a vida dos mesmos está muito mais facilitada uma vez que foram criados dentro da Agricultura, mas a realidade é outra, a maioria destes Jovens não tem qualquer vínculo anterior com a terra, sendo para esses a vida mais complicada, pois nunca estiveram ligados à agricultura. É certo que o plano de formação lhes vai dar as bases essenciais para se instalarem, mas certamente que não é o suficiente para trazer mais empreendedorismo, maiores níveis de produtividade de modo a tornar as suas empresas mais competitivas e rentáveis.

É evidente que se nota da parte destes Jovens um interesse enorme de aprender tudo muito rapidamente, mostram muito empenho, estão muito interessados em saber e procuram esclarecer todas as suas dúvidas, mas uma boa assistência técnica é fundamental para ajudar na gestão da empresa, para aumentar a produtividade, para produzir produtos de qualidade, para saberem gerir com eficiência os fertilizantes, os fitofármacos e a água de modo a criar condições suficientes e necessárias para se preservar o meio ambiente.

O sector agrícola em grande expansão tem ajudado a aumentar significativamente o número de instalações de Jovens Agricultores, que devem ser acompanhados pela criação de um Associativismo mais moderno, eficaz e eficiente de modo a garantir mais dinamismo neste sector.

Com um acompanhamento técnico eficiente e mais moderno dirigido a estes Jovens Agricultores, garantir-se-á a sustentabilidade e consequentemente uma maior durabilidade da instalação destes, criando-se deste modo valorização e progresso no desenvolvimento da agricultura nacional.

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

Vitor Castro | Presidente da AJAMPS - Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo



Sempre fui apologista que as associações e outros organismos bem estruturados do setor agrícola desempenham um papel primordial e fulcral no sucesso e na durabilidade das explorações.

Vários fatores contribuem para esta causa: o manancial da informação e conhecimento que detêm, a facilidade de comunicação com os órgãos governamentais e outras instituições, a experiência e credibilidade conseguidas ao longo dos anos, o espaço físico e permanente (ao invés da volatilidade de técnicos isolados) e, acima de tudo, o acompanhamento técnico que prestam.

Uma exploração sem um excelente acompanhamento técnico, ainda antes da elaboração do projeto, está condenada ao imediato e irredutível fracasso! O acompanhamento deve iniciar-se logo que surjam os primeiros esboços. Estes devem ser rapidamente limados, discutidos e postos em causa! Não há que ter constrangimentos nem “pesos” de consciência, é importante questionar. Só projetos sólidos, fundamentados, realistas e bem estruturados, vingarão! O acompanhamento técnico também serve como força motriz e encorajadora para continuar, pois sabemos que as forças de atrito, a burocracia, as dificuldades do dia-a-dia são, muitas vezes, os motivos principais da desistência da instalação dos jovens agricultores ou mesmo do abandonado da atividade.

De muitos presumidos jovens agricultores ouvimos as seguintes expressões: “eu consigo sozinho”, “basta procurar a informação na net”, “não preciso de ajuda”, entre outras... O tempo deu-me razão, uma vez que nem chegaram a instalar-se, desanimaram logo com os primeiros contratempos.

A humildade também é uma virtude! O reconhecimento da necessidade de ajuda é fundamental para a excelente atividade de uma exploração e um passo para o sucesso.

É crucial o reconhecimento da parte dos futuros jovens agricultores que necessitam de um acompanhamento técnico ao longo da sua atividade e não apenas nos primeiros anos. E a confiança que depositamos no técnico é condição sine qua non para a qualidade do trabalho.

O acompanhamento técnico deverá ser sempre sério, honesto,

realista e verdadeiro, para não criar expectativas irreais. De contrário, acaba por defraudar os jovens, levando-os em alguns casos à desistência da atividade.

O planeamento da agricultura deve ser feito, sempre, em função da comercialização dos seus produtos. A gestão da exploração deve ser feita com base nesta tónica. Ao agricultor que, evidentemente, se preocupa em produzir bem, com qualidade, com segurança alimentar, respeitando todas as regras ambientais, ou seja, cumprindo as boas práticas agrícolas, o que verdadeiramente interessa e que irá ditar a continuidade do seu trabalho, da sua exploração, é o escoamento dos produtos, nos mais diversos mercados. Aqui, o acompanhamento técnico desempenha um papel essencial: o conhecimento dos mercados, as exigências da comercialização, os canais comerciais e a lei da oferta e da procura.

Um dos segredos do sucesso da comercialização é produzir em contra ciclo, isto é, produzir quando existe escassez no mercado. Evidentemente, repetidas vezes, é imprescindível recorrer a novas técnicas de produção, a novas variedades de sementes (adaptadas ao clima, ao solo, à época do ano), a novas tecnologias.

O associativismo, na maioria das situações, subjugado e atirado para 2.º ou 3.º plano, pelos jovens agricultores e não só, num mundo globalizado, deveria ser regra e não exceção! Juntos e unidos... A força toma uma grandeza superior, capaz de derrubar lobbies e interesses instalados, impor a transparência e garante de oportunidades para todos. Ganhar dimensão/volume é importante para ganhar novos mercados internamente e além-fronteiras e, quiçá, diminuir os fatores de produção, que representam uma grande percentagem do orçamento de uma exploração. Acrescentar valor a determinados produtos, sejam produtos de origem animal ou de origem vegetal, permitiu a continuidade e a viabilidade de explorações, que muito contribuíram e contribuem para a manutenção da biodiversidade do nosso património.

Espero que a criação dos Agrupamentos de Produtores, neste novo quadro 2014-2020, traga o reconhecimento e a valorização que o acompanhamento técnico merece.



O INDISPENSÁVEL ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS JOVENS AGRICULTORES NA PRÁTICA DA PROTECÇÃO INTEGRADA

Pedro Amaro | Professor Catedrático Jubilado do Instituto Superior de Agronomia

Na insuportável crise financeira e económica de Portugal, surgiu o lenitivo de significativos êxitos da produção agrícola e do aumento das suas exportações e, a nível oficial, é justificável a prioridade ao fomento do emprego jovem na agricultura, há muito preconizada pela AJAP.

O recurso a inovações, como a protecção integrada, com o uso de pesticidas condicionado por indispensáveis restrições visando a defesa da saúde e do ambiente, exige o acompanhamento técnico dos jovens agricultores para assegurar a sustentabilidade e a durabilidade da sua actividade⁵.

“Na insuportável crise financeira e económica de Portugal, surgiu o lenitivo de significativos êxitos da produção agrícola e do aumento das suas exportações e, a nível oficial, é justificável a prioridade ao fomento do emprego jovem na agricultura, há muito preconizada pela AJAP.”

A EVOLUÇÃO DA PROTECÇÃO INTEGRADA, ENTRE 1994 E 2006

A prioridade à protecção integrada, pelas Medidas Agro-Ambientais, entre 1994 e 2005, justificou 250 milhões € garantindo a actividade de 443 técnicos e 112 organizações de agricultores no apoio a 22 000 agricultores, em 220 000 ha de várias culturas².

Perante a realidade evidenciada no livro *As organizações de agricultores de protecção integrada e de produção integrada (1994-2004)*², justificava-se o optimismo relativo à continuidade do financiamento da produção integrada, no período 2007-2013, com a melhoria da sua “qualidade para garantir a sustentabilidade”³. Por isso, propunha-se, em 2006, na *Revista Jovens Agricultores*, a continuidade destas inovações, na base da valiosa experiência adquirida e da análise profunda e do debate dos aspectos positivos e negativos, mas sendo

fundamental assegurar a permanente preocupação da QUALIDADE da formação profissional e da prática deste sistema de produção, além de privilegiar a fiscalização, a certificação e o marketing. Foram pormenorizadas importantes medidas na formação profissional e destacada a eliminação dos erros da legislação e a eficiente comunicação do risco dos pesticidas que permita a sua adequada selecção, após correcta estimativa do risco. Além da avaliação periódica da QUALIDADE das organizações, dos técnicos, da formação profissional e da prática da produção integrada, era fundamental privilegiar a mais ampla e correcta informação, pela Internet³.

A necessidade de tomada de medidas para melhorar a QUALIDADE da protecção integrada foi privilegiada, desde 1999, nos Encontros Nacionais de Protecção Integrada e vários Livros e artigos⁴.

A TRISTE REALIDADE DO FRACASSO DA PROTECÇÃO INTEGRADA, ENTRE 2007 E 2013

A UE intensificou, desde 1999, a política de desenvolvimento de modos de produção agrícola sustentável, como a produção integrada (incluindo a protecção integrada). Além da Directiva 1999/45/CE e do Regulamento 1107/2009, com rigorosas exigências sobre pesticidas, a Directiva do uso sustentável dos pesticidas, de 21/10/09, tem os excelentes objectivos da redução dos riscos dos pesticidas para a saúde humana e o ambiente e do fomento da protecção integrada⁶.

Em evidente contraste com a política da UE de fomento da protecção integrada, ocorre, em Portugal, o fracasso da protecção integrada, entre 2007 e 2013, no âmbito do Plano de destruição da protecção integrada da Autoridade Fitosanitária Nacional, iniciado em 1999, e que privilegiou a boa prática fitossanitária: quase totalmente na Formação, desde 2002; e sempre na Tomada de decisão e Aplicação dos pesticidas, desde 2005 até 1/1/14. Este Plano justificou, na transposição da Directiva do uso sustentável dos pesticidas, pela Proposta de Lei 82/ XII, a incrível quase eliminação da protecção integrada, reduzida a 2 artigos, o 51º.1 sem rigor e o 16º.1d deturpado e ao Anexo II. As omissões ocorreram, nomeadamente, no Objecto (art. 1º), nas Definições (art. 3º.6) e nas Medidas para assegurar a prática da protecção integrada (art. 14º, eliminado)! A decisão final, na Lei 26/2013, de 11/4/13, só corrigiu algumas questões de maior importância,



ignorando outras, algumas também importantes, relativas à protecção integrada e a outros temas⁶.

Em audição, na Assembleia da República, a AJAP “considerou deveras importante, enquanto medida de redução do risco na aplicação de produtos fitofarmacêuticos, a obrigatoriedade de os agricultores aplicarem os princípios da protecção integrada”, mas evidenciou fundamentadas preocupações quanto ao apoio técnico ao agricultor e às “garantias de um cumprimento efectivo dos princípios da protecção integrada”. E, coerentemente, realçou a VERDADE de que “o desenvolvimento da protecção integrada ...só é possível com apoio técnico e nunca apenas por imposição legislativa a partir de 1/1/14”^{1,6}.

Nas audições, a AJAP teve a exclusividade de abordar decisivas e importantes actividades de FORMAÇÃO e ASSISTÊNCIA TÉCNICA em protecção integrada:

- “a formação em protecção integrada foi inequivocamente descurada no PRODER e não temos agricultores dotados de conhecimentos determinantes para a aplicação dos princípios da protecção integrada”;
- “no PRODER, Portugal desistiu de um trabalho de anos, cessando com a obrigatoriedade da assistência técnica”;
- “as entidades responsáveis pela assistência técnica foram forçadas a dispensar técnicos qualificados que estavam a conferir um importante apoio aos agricul-

tores, com perdas avultadas para o sector, uma vez que o trabalho desenvolvido, em parte foi revertido”;

- “a assistência técnica conferida aos agricultores no âmbito da protecção e produção integrada, em anteriores quadros comunitários, representou inequivocamente uma mais-valia para o sector...” sendo de “salientar a importância do papel desempenhado pelos técnicos das associações (devidamente credenciadas) que ultrapassava o âmbito da contratualização, a sua forma de actuação constituiu uma consistente extensão rural, papel decididamente abandonado pelo Estado”^{1,6}.

Em CONCLUSÃO: é fundamental que, a nível oficial, seja fomentado o indispensável e adequado ACOMPANHAMENTO TÉCNICO preconizado pela AJAP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ – AJAP (2012) – Posição da AJAP. Proposta de Lei nº 82/XII, 4 p.
- ² – AMARO, P. (2005) – *As organizações de agricultores de protecção integrada e de produção integrada (1994-2004)*. ISA/Press, Lisboa, 124 p.
- ³ – AMARO, P. (2006) – *A produção integrada vai continuar a ser financiada mas é indispensável melhorar a qualidade para garantir a sustentabilidade*. Revista Jovens Agricultores, 65:10-11.
- ⁴ – AMARO, P. (2012) – *As perspectivas da protecção integrada em Portugal*, em 1/1/14. Revta APH, 108: 20-24.
- ⁵ – AMARO, P. (2012) – *A obrigatoriedade da protecção integrada, até 1/1/14, vai proporcionar novos empregos aos jovens*. Vida Rural, 1775: 40-41
- ⁶ – AMARO, P. (2013) – *A protecção integrada da vinha em Portugal e a Directiva do uso sustentável dos pesticidas*. 9º Simpósio de Vitivinicultura do Alentejo, 1: 343-362.



AGRICULTURA FAMILIAR E OS DILEMAS DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE

Salim Cipton Valá | Secretário Permanente do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) de Moçambique

1. O peso da agricultura familiar na paisagem económica rural

A economia rural de Moçambique é baseada na agricultura, que emprega cerca de 80% da força de trabalho, está pouco vinculada a indústria transformadora e gera actualmente menos de um quarto do PIB. Estruturalmente a agricultura é dominada pelo sector familiar. Baseado nos dados do Censo Agro-Pecuário (CAP, 2010), das explorações agrícolas existentes no país, cerca de 99% são classificadas como sendo pequenas e médias, e cultivam apenas cerca de 15% da terra arável.

A agricultura familiar é levada a cabo em pequenas explorações, os protagonistas principais não possuem formação formal, com reduzidos investimentos em infraestruturas e tecnologias, com muito baixa produtividade (mesmo entre os países da SADC) e com fraca ligação aos mercados. Para além da quase ausência de mecanização agrícola, na produção de alimentos, o sector familiar utiliza muito pouco os insumos agrícolas, nomeadamente sementes melhoradas, fertilizantes e agro-químicos.

A situação prevalecente na agricultura de baixa produtividade e com reduzidos rendimentos agrícolas, constitui o maior desafio de Moçambique e está intimamente ligado à questão da pobreza e do desemprego. Constitui a razão principal para o afluxo desordenado das populações rurais para as zonas urbanas, onde exercem uma pressão sobre as infra-estruturas urbanas, engrossando os níveis de desemprego.

2. Segurança alimentar como prioridade estratégica e os dilemas concretos no terreno

A produção de alimentos por habitante entre 1961 e 2003 manteve-se estacionária. A produção agrícola *per capita* do país encontra-se presentemente nos níveis de há 50 anos atrás (Governo de Moçambique, 2007). Os rendimentos por hectare das principais culturas têm-se mantido constantes e em níveis muito baixos. O grau de integração dos pequenos produtores no mercado é muito limitado. Apenas 3,7% das explorações agrícolas usam fertilizantes, 2,5% utilizam pesticidas, 5,3% das explorações são irrigadas, 1,6% usam meios mecânicos (tractores) e perto de 0,3% possuem moto ou electro-bombas (INE, 2010; Mosca, 2012).

O primeiro objectivo constante nas Metas de Desenvolvimento do Milénio até 2015 é erradicar a pobreza absoluta e a fome,

e não é por acaso que se vincula o combate à fome como um eixo central do esforço de erradicação da pobreza. Em Moçambique essa aliança é ainda mais evidente. Dentre as principais culturas alimentares, destacam-se o milho, mandioca, arroz, mexoeira, mapira, amendoim, feijões, batata-doce, batata-reno, trigo e inhame. Dessas culturas, o país é apenas auto-suficiente nas culturas do milho e mandioca. A maioria dos pequenos agricultores são essencialmente produtores de alimentos, embora muito poucas dessas culturas possuam alto valor comercial. As condições agro-climáticas surgem como o elemento determinante que condiciona as estratégias de produção dos agricultores familiares, havendo indicações que os rendimentos, o uso de fertilizantes e o engajamento no mercado tem tendência a aumentar com a melhoria das condições agro-climáticas.

Perante factores concretos como o elevado ritmo de crescimento populacional, a maior demanda de alimentos, a alteração nos padrões alimentares e o aumento do preço dos alimentos, o crescimento galopante da urbanização e o seu impacto social, o efeito das mudanças climáticas e a maior pressão sobre a terra em virtude da competição exercida pelos bio-combustíveis e a exploração dos recursos minerais, agregam novos dilemas e desafios aos tradicionais problemas relacionados com a insegurança alimentar. Perante este cenário aparentemente cinzento, como alterar esse quadro? Propomos algumas medidas na secção seguinte.

3. Como dar o salto? Apostando no empoderamento do produtor agrícola e promoção de acessos

Conforme esboçado na Estratégia de Desenvolvimento Rural (MPD, 2007), a alteração estrutural da economia rural requer mudanças profundas sobretudo na alocação estratégica de recursos e nas dimensões institucionais e tecnológicas. Essa perspectiva conceptual surge em decorrência da colocação da família rural como central no processo de tomada de decisões sobre os rumos da agricultura de pequena escala em Moçambique (Negrão, 2001), incluindo a sua lógica, dinâmica e racionalidade.

A decisão de encarar o pequeno agricultor como o motor do desenvolvimento agrário, com todas as implicações derivadas dessa opção, tem a virtude de reposicionar o lugar e papel do agricultor na formulação e implementação de políticas

públicas compreensivas e sustentáveis de promoção da agricultura e desenvolvimento rural. Significará o repensar na moldura metodológica de intervenção, priorizando e focalizando nas necessidades, problemas, perspectivas e desafios que impedem que os agricultores de pequena dimensão materializem os seus sonhos mais imediatos de acabar com a fome e a pobreza.

Esse postulado exige a remoção de obstáculos, que se traduzem mais optimisticamente na ampliação de acessos para os agricultores familiares “fugirem à armadilha da produção apenas para a subsistência”. Empoderar os produtores agrícolas é criar as condições para eles terem “vez, voz, oportunidade e ferramentas concretas” para lançar no solo fértil de Moçambique as “sementes da prosperidade”. Exige apostar numa nova equação em que capacitação dos agricultores é muito mais ampla que formação e treinamento, incluindo também a ampliação de acessos a dimensões como o crédito, mercados, infra-estruturas, tecnologias, ambiente económico adequado e intervenções de reforço das habilidades e aptidões técnicas e de gestão dos produtores, suas famílias, instituições e comunidades. É esse empoderamento do produtor agrário, na sua multi-dimensionalidade, que está no coração da plena liberdade, cidadania e desenvolvimento humano, na aceção defendida por Friedmann (1996), Sen (2003) e Yunus (2007).

4. Que parcerias estabelecer para a promoção da agricultura familiar e garantia da segurança alimentar?

Há vários autores (Graziano da Silva, 2002; Guanziroli, 2006; Bowen, 2000; Mosca, 2012; Castel-Branco, 1995; Valá, 2012, Uaiene, 2012) que defendem que a questão agrária ainda está por ser resolvida em muitos países subdesenvolvidos como Moçambique, e a sua solução vai determinar o alcance de patamares de desenvolvimento mais elevados para os seus povos. Mesmo tendo como foco principal os pequenos

agricultores e como prioridade a produção de alimentos, não temos como contornar o facto de que, actualmente, os outros nomes do desenvolvimento chamam-se ciência, conhecimento, tecnologia e inovação.

Nessa óptica, e porque já reafirmamos a nossa visão transformativa de que capacitação é muito mais que formação e treinamento, propomos a adopção de “parcerias do tipo novo” em que os membros da Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) possam agregar valor à agricultura moçambicana, fazendo uso do seu conhecimento, experiência, empreendedorismo, acesso às tecnologias, aos créditos e mercados europeus. Empresas que resultem da união de esforços entre jovens moçambicanos e portugueses, indivíduos com paixão e amor à terra e laboriosos podem, estou convicto, irradiar novas e intensas sinergias económicas que ajudem a desmistificar a visão errónea que encara a agricultura e a produção de alimentos como “actividades de risco” e não competitivas.

É preciso estabelecer novas e ambiciosas metas, que podem viabilizar outras e diversificadas molduras institucionais, até hoje não devidamente exploradas. Acredito que os agricultores dos dois países terão a clarividência, a coragem e as mãos dexteras para romper o “estigma do medo e do fracasso”, e assim apostar na “aventura apaixonante mas responsável” de criar riqueza na terra de Samora Machel.

Há ainda muita energia dormente nos cerca de 3,8 milhões de famílias de pequenos agricultores, que podem e devem ser espreitados a assumir “desafiantes maratonas produtivas” em prol do combate à fome em Moçambique. A AJAP pode ser um dos elementos catalisadores de um movimento de mutação do modelo agrário e rural em Moçambique, que possa ser pró-agricultura familiar e pró-segurança alimentar.



fruitgrading

FRUITGRADING – CLASSIFICAÇÃO DE FRUTA DE QUALIDADE COM CUSTO REDUZIDO

Fruitgrading é um projecto financiado pela União Europeia, do qual a AJAP faz parte juntamente com parceiros de diversos países europeus como Espanha, França, Reino Unido e Polónia.

A possibilidade de seleccionar fruta de melhor qualidade a um baixo custo para o sector está cada vez mais perto de se tornar realidade.

O Projecto Fruitgrading continua em desenvolvimento com objectivo de obter um aparelho que permita a classificação

da fruta baseada na avaliação das suas propriedades internas através de métodos não destrutivos, permitindo aos Produtores otimizar a triagem da fruta e garantindo ao consumidor fruta premium a um melhor preço.

O protótipo da ferramenta tecnológica, assente em métodos não invasivos como Espectroscopia por Indução Magnética e Espectroscopia por Reflectância Difusa, encontra-se já em fase de construção e prevê-se que a fase de testes decorra ainda em 2013.

MOÇAMBIQUE: MISSÃO TÉCNICA

Na prossecução dos projectos de cooperação com os PALOP's essenciais aos processos de internacionalização empresarial, instalação de Jovens Agricultores portugueses e desenvolvimento rural destes países, a AJAP realizou uma Missão Técnica a Moçambique no passado mês de Agosto, que incluiu Visitas Técnicas ao Regadio do Chokwé, participação na FACIM e realização de um Seminário em Maputo subordinado ao tema "Portugal-Moçambique |

Sinergias e Oportunidades".

O Seminário, realizado em colaboração com a FENAGRI e AJAM, contou com a participação de membros do Governo de Moçambique e de Portugal. Foram debatidas questões que visam o desenvolvimento rural moçambicano, através da criação de novas dinâmicas e desafios nos sectores Agrícola e Agroalimentar e incremento da pequena e média agricultura familiar.

AJAP ASSINA PROTOCOLO COM BRASIL

No final do mês de Setembro, a AJAP assinou um Protocolo de Cooperação com o Brasil através do Governo da Bahia. Os objectivos deste Protocolo prendem-se com a troca de experiências no sector agro-pecuário, nomeadamente no associativismo, cooperativismo, assistência técnica, importação e exportação de produtos e desenvolvimento da possibilidade de atrair Jovens Agricultores para investir no

Estado da Bahia, bem como o intercâmbio de Agricultores dos dois países para que possam estagiar em explorações Portuguesas e Brasileiras.

Com a assinatura deste Protocolo, a AJAP deu mais um passo importante para a internacionalização das empresas agrícolas dos seus associados.

EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES PROFISSIONAIS PARA GESTÃO AGRÍCOLA, FLORESTAL E AMBIENTAL

TerraGes | Departamento Técnico



A TerraGes foi fundada em 2005 e desde então tem sido uma referência a nível nacional no fornecimento de soluções profissionais GPS para Cadastro, Controlo de Áreas e Sistemas de Informação Geográfica.

A TerraGes forneceu ao longo dos últimos 8 anos mais de 500 equipamentos GPS para Controlo de Áreas, Cadastro e Fiscalização e tem combinado esta tecnologia com Sistemas de Informação Geográfica e Agricultura de Precisão.

De entre os principais clientes da TerraGes destacam-se a GALP, REN, EDP, Portucel Soporcel, Direções Regionais de Agricultura e Pescas, Associações Agrícolas e Florestais e Municípios.

Os equipamentos GPS da TerraGes, permitem o levantamento integral com elevada precisão de parcelas agrícolas, com introdução de atributos de identificação através de software de informação geográfica específico. Para além destas capacidades os equipamentos GPS estão equipados com máquina fotográfica digital para captação de imagens georreferenciadas.

A aplicação de tecnologia GPS tem permitido aos clientes da TerraGes o acesso a informação vital no seu trabalho diário, quer a nível da dimensão das áreas onde operam, quer a nível do aumento da eficiência e produtividade do seu trabalho. Para além disso os Sistemas de Informação Geográfica permitem a visualização dos levantamentos de campo e a otimização de processos para o alcance de uma maior relação custo / benefício nas tarefas diárias dos técnicos.

A TerraGes lançou recentemente sistemas GPS para Agricultura de Precisão da Leica Geosystems que permitem a otimização de tempo e de recursos nas mais variadas atividades, quer de mobilização, fertilização ou sementeira.

Para mais informações sobre as soluções e equipamentos TerraGes visite o site www.terrages.pt

TerraGes, Novas Tecnologias para a Gestão Agro-Florestal e Ambiente, Lda.
Rua Lourenço Caiola, 2 / 7370-109 CAMPO MAIOR PORTUGAL
Telefone: +351 212 744 067 / Fax: +351 212 760 924
www.terrages.pt / info@terrages.pt



Sistemas GPS para Cadastro e Controlo



Sistema Leica Mojo para Agricultura de Precisão



Leica Zeno 5 - GPS Portátil para SIG

SERVIÇO DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR

Adira ao Serviço de Apoio às Empresas
Um Serviço a pensar no Futuro do Mundo Rural

Elaboramos o Seu Projecto
Orientamos a Sua Empresa
Apoiamos a Sua Exploração



SAE | Serviços de Apoio às Empresas
A AJAP é Valor para o Agricultor